

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Homens certos nos lugares certos

O Planalto não levou em conta o fato de Wolney Queiroz estar na reunião em que Carlos Lupi foi alertado de problemas no INSS e das suspeitas de desvio de descontos nas aposentadorias. Isso porque o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto respondia diretamente ao gabinete do ministro e não ao secretário-executivo da pasta. De mais a mais, o instituto agora está mais sob a órbita da Advocacia-Geral da União (AGU), nas mãos do pós-graduado em combate à corrupção e lavagem de dinheiro Gilberto Waller Júnior.

## Deixe para depois

A perspectiva de afastamento entre o PDT e o governo levou o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), a dizer que os pedetistas só devem ocupar cargos em sua gestão no segundo semestre. Assim, o governo baiano espera para ver como será o comportamento do PDT para, no futuro, selar um casamento. Aliás, Lupi tinha encontro marcado em Salvador, nesta sexta-feira, e não foi por causa da crise na Previdência.

## Por falar em Previdência...

Os bolsonaristas estão se organizando para tentar tirar o governo de Jair Bolsonaro desta crise. Para a próxima semana, de plenário cheio, dirão que a origem do escândalo data da década de 1990, antes ainda do primeiro governo Lula. E o que a equipe de Bolsonaro fez, em 2019, foi assinar a medida provisória, transformada em lei, criando "filtros" para esses descontos abusivos. Foi a partir daí que se exigiu autorização expressa do associado e confirmação de vínculo com as associações.

## ... a pedra estava cantada

Os pedetistas sabiam que Carlos Lupi seria levado a deixar o cargo quando o presidente Lula tirou uma foto com o novo presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, sem a presença do ministro. Em política, os gestos falam — e agradam ou incomodam mais — do que as palavras.

## A primeira missão de Wolney

Nome preferido do presidente Lula para comandar a Previdência desde o início deste terceiro governo do petista, o novo ministro Wolney Queiroz terá a responsabilidade política de tentar manter o índice de fidelidade do PDT ao Planalto. A depender da bancada, a postura daqui para frente será de independência nas votações, sem alinhamento automático. E, embora o PDT tenha apenas 18 deputados, o partido é fundamental para que o governo consiga atingir maioria. No caso da votação da urgência ao projeto que mudou as regras do Benefício de Prestação Continuada, BPC, não fossem os votos de 13 dos 18 pedetistas, o pedido não teria alcançado os 257 votos necessários. Em outras oportunidades, Lupi telefonou pessoalmente para muitos deputados dizendo que um voto contra o governo seria votar contra o presidente do partido. Wolney, que já liderou o PDT na Câmara, porém, tem um estilo muito mais discreto de atuar, terá também a missão de acalmar a bancada.

**Ficamos assim/** Aliados de Wolney consideram a parte técnica mais desafiadora do que a política, porque é trabalhar e organizar a devolução dos recursos daqueles que foram lesados pela máfia do desconto indevido. Quanto à política, a aposta dos próprios deputados do PDT é de que Wolney Queiroz vai esperar a poeira baixar e, em breve, fará um jantar com a bancada, de forma a tentar acalmar os ânimos.



## CURTIDAS

Valter Campanato/Agência Brasil



**Defesa em debate/** O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (foto), fará uma exposição para empresários em almoço do grupo Líderes Empresariais, nesta segunda-feira, em São Paulo. Os comandantes das Forças Armadas também participarão do evento, que discutirá estabilidade institucional e oportunidades de negócios no setor de defesa nacional.

**As apostas do embaixador.../** No jantar oferecido ao presidente Lula na semana passada, o embaixador do Brasil em Roma, Renato Mosca, colocou suas fichas em dois italianos para a eleição no conclave a partir de 7 de maio: o do secretário de Estado do Vaticano, Pietro Parolin, e o do arcebispo emérito de Milão, Ângelo Scola.

**... e o ditado popular/** Scola seria uma surpresa, por causa da idade, 83 anos. Em 2013, ele entrou como papa para o conclave que escolheu Francisco e saiu cardeal.

**Hora de remodelar/** O baixo comparecimento aos atos do 1º de Maio mostrou que as centrais sindicais perderam o poder de mobilização. Ou repensam suas bandeiras junto aos trabalhadores, ou a tendência será de público mingüado daqui para frente.

## INVESTIGAÇÃO NO INSS

## Ações contra entidades e servidores

Procedimentos administrativos e outras medidas são anunciados por AGU e autarquia para responsabilizar envolvidos

» LARA PERPÉTUO

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Advocacia-Geral da União (AGU) anunciaram, ontem, medidas que serão tomadas para responsabilizar entidades e agentes públicos investigados na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal. A decisão ocorreu em reunião do Grupo Especial de combate às Fraudes da autarquia do Ministério da Previdência Social.

Com objetivo de combater esquema nacional de descontos ilegais no pagamento de aposentadorias e pensões, a operação da PF em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU) investiga associações, sindicatos e servidores — muitos já afastados dos cargos.

A resolução de abrir Procedimentos Administrativos de Responsabilização de Pessoas Jurídicas (PAR), a fim de corroborar a investigação em curso, veio do novo presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, na reunião de ontem.

Os processos, baseados na chamada Lei Anticorrupção, serão abertos contra "entidades investigadas com indícios de pagamento de propina a agentes públicos", conforme esclarece nota divulgada pela AGU. Além delas, responderão "entidades classificadas na investigação como de fachada".

Outra medida, o ajuizamento de ações de improbidade administrativa, foi trazida, na mesma reunião, pelo advogado-geral da União, Jorge Messias. Ele determinou à Procuradoria-Geral

Renato Menezes/AscomAGU



O AGU, Jorge Messias, se reuniu, ontem, com o novo presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior

Federal (PGF) a "instauração de procedimentos preparatórios", denominados Procedimentos de Instrução Prévia (PIP), para investigar condutas de agentes públicos e pessoas jurídicas que são objeto de apuração na operação da Polícia Federal.

## Entenda

A partir de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, entidades de classe, como associações e sindicatos, são autorizadas a realizar descontos em mensalidades associativas diretamente em folhas de pagamentos de aposentados e

pensionistas, desde que expressa e individualmente autorizadas por eles.

Na investigação realizada pela PF e pela CGU, porém, foi identificado que essa autorização não estava sendo verificada de forma rigorosa. Com isso, analisou-se a possibilidade de documentos estarem sendo falsificados.

Como medida imediata, as ACT de entidades associativas investigadas foram suspensas, assim como os consequentes descontos feitos nas folhas de pagamentos dos beneficiários do INSS. Medidas para responsabilizar pessoas físicas e jurídicas que participaram das fraudes,

porém, seguem sendo tomadas em colaboração com outros órgãos, como a AGU.

O objetivo das medidas propostas nesta sexta-feira, segundo a AGU, é instituir "plena responsabilização administrativa dos envolvidos".

Além delas, com apoio da Dataprev, o INSS e a AGU avançaram na "construção de proposta de Plano de Ressarcimento Excepcional para os aposentados e pensionistas que foram vítimas das entidades que praticaram os descontos indevidos". Em fase final de elaboração, a proposta será enviada à Casa Civil assim que for concluída.

## Pelo menos 4 milhões de vítimas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Pelo menos 4,1 milhões de aposentados e pensionistas foram vítimas das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), segundo estimativa da própria autarquia.

Os dados correspondem ao número de segurados que mantêm contratos ativos com 11 entidades associativas que estão sob investigação por descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas.

O total exato de vítimas, porém, só será confirmado ao fim das investigações. A dimensão da fraude do INSS é reforçada por um levantamento da Controladoria-Geral da União (CGU), segundo o qual 97,6% dos entrevistados declararam não ter autorizado os descontos mensais aplicados diretamente nos benefícios.

O prejuízo estimado com o esquema, entre 2019 e 2024, alcança R\$ 6,3 bilhões. Diante disso, o novo presidente INSS, Gilberto Waller Júnior, e o governo federal devem decidir, nos próximos dias, sobre os métodos de ressarcimentos das vítimas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, nesta semana, que o governo vai devolver os valores, mas não deu detalhes sobre a reparação. Segundo ele, a equipe econômica aguarda a CGU e a Advocacia-Geral da União (AGU) indicarem os próximos passos do processo de devolução.

Investigação da Polícia Federal revelou que o desvio bilionário contou com envolvimento de servidores e associações de fachada.

Associações ligadas aos aposentados estariam cadastrando beneficiários sem consentimento, frequentemente recorrendo ao uso de assinaturas falsas, para então realizar descontos de mensalidades diretamente na folha de pagamento do INSS.

## Entenda o caso

## A fraude contra beneficiários

Após denúncias sobre o aumento no número de descontos em benefícios do INSS, a Controladoria-Geral da União (CGU) iniciou uma apuração e entrevistou quase 1.300 aposentados de diferentes regiões

do país que tiveram valores descontados. O resultado apontou que, em média, 97% não haviam autorizado os descontos.

Auditorias foram realizadas em 29 entidades que mantinham Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o INSS. A CGU constatou que a maioria dessas entidades não possuía estrutura operacional adequada para prestar os serviços oferecidos aos beneficiários. Além disso, 70% delas não entregaram a documentação

completa exigida pelo INSS.

O número de entidades conveniadas saltou de 15 em 2021 para 22 em 2022, chegando a 33 em 2024. Segundo a PF, os descontos só poderiam ser realizados mediante autorização expressa e individual de cada beneficiário para o pagamento de mensalidades associativas. No entanto, a investigação apontou falhas na verificação dessas autorizações, além de indícios de falsificação de documentos de filiação.

A diretora de Orçamentos, Finanças e Logística do INSS, Débora Floriano, informou que há atualmente cerca de 6 milhões de descontos ativos, embora nem todos sejam considerados irregulares.

Na última quinta-feira, o governo anunciou a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica do INSS com sindicatos, com o objetivo de interromper o repasse de recursos provenientes desses descontos

a entidades sindicais.

Os valores descontados de forma indevida serão restituídos aos aposentados. A primeira parcela, referente ao mês de abril, será paga junto à folha de maio. No entanto, ainda não há prazo para o ressarcimento integral dos valores cobrados de forma irregular.

Esse "estoque" de descontos será analisado caso a caso, a fim de distinguir o que foi feito com ou sem o consentimento dos aposentados e pensionistas.